

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL
E DO TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL

SÍNTESE PRELIMINAR

DEZEMBRO DE 2008

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS DO ESTUDO	3
2. QUADRO METODOLÓGICO.....	5
3. RESULTADOS PRELIMINARES	9
5. POLÍTICAS E DINÂMICAS EMPRESARIAIS E DE ACTIVIDADE TER/TN	22
6. VISÃO DE SÍNTESE.....	25
7. QUESTÕES EM ABERTO	28

Equipa Técnica do Estudo

A. Oliveira das Neves (Coord.)

Carlos Soares, Catarina Pereira, Fernando Honório, Filipa Ferrão,
Filipa Lourenço, Inês Silva Costa e Isabel Rodrigues

1. OBJECTIVOS DO ESTUDO

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Direcção Geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, em colaboração com o Turismo de Portugal, I.P. tomou a iniciativa de realizar o **Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal**, o qual, na sequência do Concurso Público, foi adjudicado e desenvolvido tecnicamente pelo Instituto de Estudos Sócio-Económicos (IESE).

A realização do Estudo ocorreu num período particularmente rico em termos de incidências/envolventes de desenvolvimento futuro das actividades do Turismo em Espaço Rural (TER) e de Turismo da Natureza (TN), em Portugal, de entre as quais se salientam:

- ✓ Um conjunto de indicadores que aponta para uma consolidação gradual das actividades TER/TN em várias regiões, “absorvendo” positivamente o crescimento de novas “apetências turísticas”, caracterizadas pela activação das práticas de fruição e lazer e pela preocupação com a conservação da natureza.
- ✓ A renovação de segmentos importantes da rede de estabelecimentos (conservação, recuperação, entrada de novas unidades, ...), a qual sugere a necessidade de ponderar factores de risco (para o mundo rural e a conservação da natureza, mas também para as condições de viabilidade técnico-económica dos estabelecimentos), de equacionar o enquadramento legislativo e regulamentar e de perspectivar as disponibilidades de enquadramento de projectos e iniciativas (via sistemas de incentivos e outros mecanismos de financiamento).

Para um conjunto assinalável de intervenientes no universo TER/TN, afigura-se de elevada utilidade a *existência de níveis de conhecimento* relativos: (i) à *qualidade da rede de TER e TN*, em matéria de capacidade de alojamento, de serviços prestados, de formas de organização e de comercialização da oferta, de recursos técnicos e humanos, de competências de gestão, de dinâmicas de investimento, etc.; e (ii) aos *padrões de procura dirigida aos estabelecimentos* (modalidades, destinos, mercados emissores, formas de organização da viagem, perfil dos turistas dos pontos de vista socioeconómico, motivação das escolhas e apreciação dos serviços prestados).

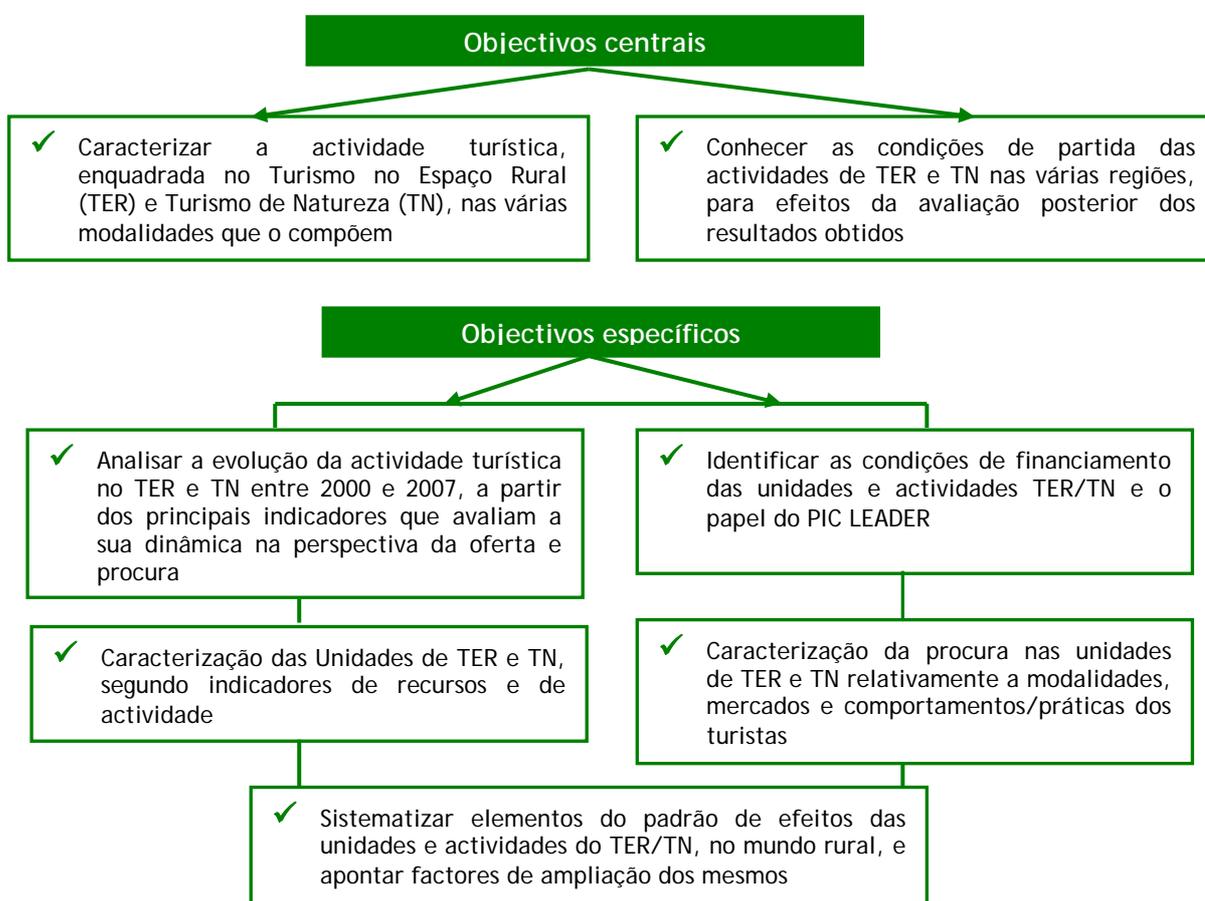
Entre esses intervenientes, que constituem beneficiários (directos e/ou indirectos) do Estudo, destacam-se entidades das tutelas sectoriais (Agricultura e Desenvolvimento Rural, Economia/Turismo e Ambiente e Ordenamento do Território), Regiões de Turismo,

Associações de Desenvolvimento Local e empresários dos estabelecimentos e das actividades TER/TN.

Os resultados do Estudo compreendem dimensões de utilidade que se podem projectar também na implementação e consolidação de importantes instrumentos de planeamento e programação de que são exemplo o Plano Estratégico Nacional para o Turismo, o PNPOT, a ENDS, o Programa Nacional de Turismo de Natureza e o Eixo 3 do PRODER.

A árvore de **objectivos do Estudo** reflectiu a diversidade de variáveis a observar na caracterização da actividade turística, enquadrada no Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Natureza (TN), nas várias modalidades que o compõem.

O Diagrama seguinte sistematiza essa árvore de objectivos:



Este quadro de objectivos posiciona o Estudo como um instrumento que visa contribuir não apenas para conhecer as condições actuais da oferta e da procura destas figuras de Turismo, mas também, para analisar o seu quadro dinâmico (através dos movimentos turísticos) e avaliar as potencialidades actuais que, transformadas em oportunidades, podem vir a enformar estratégias de desenvolvimento rural do Continente e das Regiões Autónomas.

2. QUADRO METODOLÓGICO

Para responder à árvore de objectivos centrais e específicos identificados, o Estudo assentou na conjugação de metodologias quantitativas e qualitativas de modo a permitir, por um lado, fundamentar a análise das variáveis-chave que figuram as dimensões-objectivo do Estudo e, por outro lado, produzir uma visão compreensiva do TER/TN em domínios-chave de estruturação e de valorização de mercado destas modalidades de turismo e lazer.

A inquirição extensiva deste universo assentou na realização de um **Inquérito aos Estabelecimentos TER/TN** cuja estrutura contemplou os seguintes grupos-chave de questões: (i) *Capacidade da oferta*, segundo indicadores de recursos e de actividade; (ii) *Caracterização da Entidade e Responsável/Gestor do Estabelecimento*; (iii) *Pessoal ao Serviço*, composição e atributos dos recursos humanos; (iv) *Caracterização da Procura*; (v) *Evolução da capacidade turística*; e (vi) *Natureza do Investimento e Fontes de financiamento*.

Com vista a aprofundar o conhecimento das características da procura, foi realizado um **Inquérito aos Hóspedes**, com conteúdos estruturados em torno das seguintes variáveis: (i) *Caracterização sociográfica*; (ii) *Comportamento*; e (iii) *Nível de Satisfação*, face à região e ao tipo de estabelecimento.

A realização de *entrevistas e estudos de caso*, um investimento adicional, face às Especificações Técnicas do Estudo, pretendeu contribuir para consolidar a riqueza da informação empírica recolhida a partir da inquirição directa, no âmbito do Estudo de Caracterização/Levantamento de realidades micro (as unidades TER/TN): apoiando a construção de elementos de Balanço e Conclusões, bem como de Actuações Recomendáveis. A selecção das entidades procurou integrar um leque diversificado de instituições, segundo a natureza de actividades que desenvolvem nos territórios TER/TN: Associações de Desenvolvimento Local e/ou Regional, Associações Sectoriais e Entidades Reguladoras de diferentes tutelas TER/TN.

O universo estatístico definido no Estudo contemplou: (i) todos os estabelecimentos TER, nas suas modalidades de Turismo Habitação (TH), Turismo Rural (TR), Agro-turismo (AT), Casa de Campo (CC), Turismo de Aldeia (TA), Hotel Rural (HR) e Parque de Campismo Rural; e (ii) todos os estabelecimentos TN, nas modalidades Casas-Abrigo, Centros de Acolhimento e Casas Retiro.

No caso das Unidades TER, o universo considerado corresponde às unidades classificadas e em actividade em Dezembro de 2007. Em relação às unidades TN, a data de classificação das

mesmas corresponde já ao ano de 2008, face à nova classificação dos estabelecimentos por parte do Turismo de Portugal.

O quadro seguinte sistematiza o universo de partida das unidades TER/TN a inquirir no âmbito do Estudo.

Quadro 1 - Estabelecimentos TER/TN

	Estabelecimentos		
	TER	TN	Total
Continente	1.065	20	1.085
Açores	52	-	52
Madeira	94	-	94
Total	1.211	20	1.231

O universo de estabelecimentos TER/TN classificados no Continente é constituído por 1.101 unidades. O universo de partida do Estudo assumiu como base 1.085 estabelecimentos, na medida em que não foram considerados 16 estabelecimentos com actividade suspensa. Em termos globais, o universo de referência do Estudo, considera ainda os estabelecimentos classificados nos Açores e na Madeira, sendo globalmente composto por 1.231 unidades, universo-base face ao qual a amostra recolhida corresponde a uma cobertura de aproximadamente 35% dos estabelecimentos TER/TN classificados.

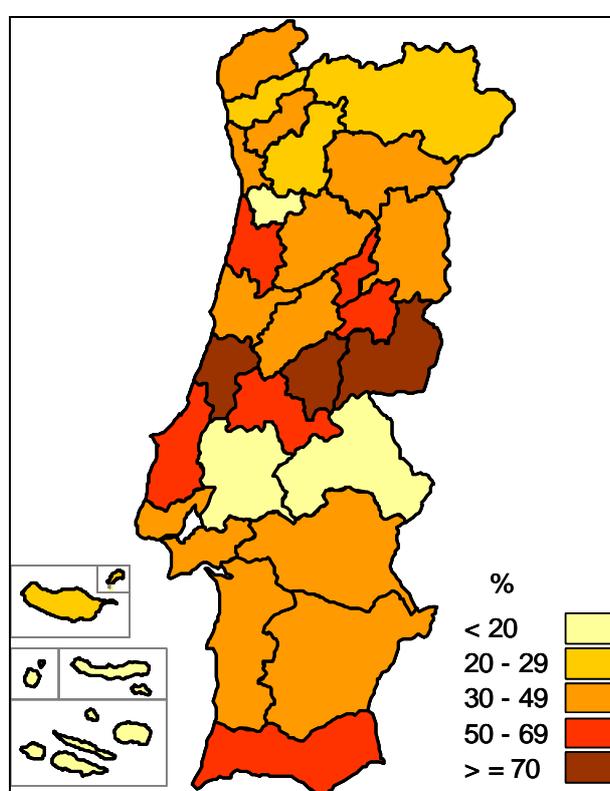
Quadro 2 - Estabelecimentos TER
Comparação entre o universo considerado no Estudo e o universo de estabelecimentos constante nas Estatísticas do Turismo

NUTII	INE, 2007	Universo considerado	Inquéritos recebidos	% face INE, 2007	% face ao Universo considerado
Norte	448	461	170	37,9	36,9
Centro	224	332	145	64,7	43,7
Lisboa	27	28	12	44,4	42,9
Alentejo	162	218	56	34,6	25,7
Algarve	31	46	24	77,4	52,2
R. A. Açores	82	94	14	17,1	14,9
R. A. Madeira	49	52	14	28,6	26,9
Portugal	1.023	1.231	435	42,5	35,3

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo 2007.
Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A qualidade das respostas aos diferentes capítulos do Inquérito (Perfil da oferta, Entidade gestora, Pessoal ao serviço, Perfil da procura, Evolução da Capacidade Turística, Investimento), revelou-se desigual, com perda de informação nos domínios da quantificação da procura e nas variáveis reportadas a valores monetários (volume anual de negócios, proveitos e investimento). Nestes casos procedeu-se a uma verificação caso a caso e às correcções possíveis do tipo de incoerências detectadas, o que implica uma leitura de resultados mais cautelosa.

Gráfico 1 - Inquéritos recebidos face ao universo de estabelecimentos, por NUT III (%)



Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

A correlação entre o perfil da amostra e o perfil do universo (distribuição dos inquéritos aos estabelecimentos recebidos, por NUT II e NUT III), é muito elevada, o que assegura uma boa qualidade da amostra obtida tanto no que respeita à geografia dos estabelecimentos, como à dimensão da capacidade de alojamento. Este facto garante que os parâmetros de representatividade da amostra obtidos (margem de erro máxima de 3,8%) são ajustados e asseguram um bom nível de confiança na estimação de resultados para o País.

O Inquérito aos Hóspedes registou 2.916 respostas, volume que ultrapassou o valor mínimo pretendido (2.400), viabilizando leituras globais mais aprofundadas. Com uma distribuição equilibrada pelas variáveis de referência, este valor assegura *margens de erro máximas inferiores a 2%*.

A comparação da distribuição regional dos inquéritos aos hóspedes recebidos com a distribuição das dormidas em TER em 2007 (INE - Estatísticas do Turismo), mostra um perfil de amostragem globalmente ajustado. O perfil regional por NUTS III garante cobertura significativa para as áreas de estadia que se pretendiam ver representadas com, pelo menos, 50 inquéritos: Serras de Lisboa, Alqueva, Alto Trás-os-Montes, Oeste, Pinhal Interior, S. Mamede e Alentejo Litoral.

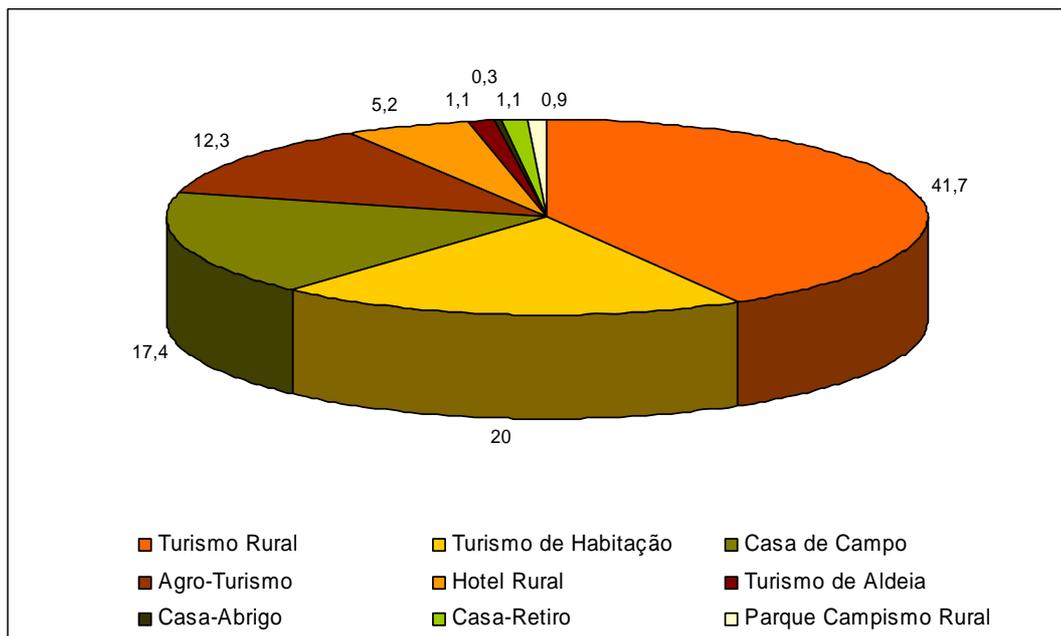
Quadro 3 - Hóspedes TER/TN – Distribuição regional da amostra

NUT II	Dormidas INE, 2007		Hóspedes (Inquéritos recebidos)	
	Nº	%	Nº	%
Norte	170.829	25,7	1.150	39,6
Centro	122.547	18,4	685	23,4
Lisboa	38.932	5,9	55	1,8
Alentejo	190.411	28,7	591	20,5
Algarve	44.600	6,7	286	9,4
R. A. Açores	45.301	6,8	130	4,6
R. A. Madeira	51.848	7,8	19	0,6
Total	664.468	100,0	2.916	100,0

Fonte: INE - ITP - *Inquérito às Unidades do Turismo no Espaço Rural, 2007. Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do de Natureza em Portugal, 2008.*

A configuração da amostra por modalidades revela uma distribuição idêntica às taxas de ocupação divulgadas pelo INE, apesar desta comparação poder ser feita apenas para as modalidades de TER. A amostra de hóspedes é composta por 2916 inquéritos distribuídos por todas as modalidades de TER/TN existentes e com um peso proporcional à oferta de alojamentos.

Gráfico 2 - Distribuição do Nº de inquéritos a Hóspedes recebidos, por modalidades de TER/TN (%)



Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

3. RESULTADOS PRELIMINARES

A informação empírica resultante da aplicação do **Inquérito aos Estabelecimentos TER/TN** e do **Inquérito aos Hóspedes** apresenta-se robusta e com potencial de análise, a partir de tratamento estatístico multifacetado. Os resultados preliminares, constantes do Relatório Intermédio e sintetizados neste Documento, estão a ser objecto de aprofundamento (de rigor e detalhe), com base no trabalho estatístico em curso.

Os resultados globais aqui apresentados (com referências pontuais de carácter regional) estão organizados pelos capítulos da Base de Dados, que reproduzem, em grande medida, a estrutura dos Inquéritos: *(a)* Perfil da Oferta; *(b)* Gestão; *(c)* Pessoal; *(d)* Perfil da Procura; *(e)* Investimento e recursos de financiamento; *(f)* Expectativas futuras; e *(g)* Caracterização dos Hóspedes (Inquérito aos Hóspedes).

A. Perfil da Oferta TER/TN

Os elementos constantes dos *itens* seguintes salientam os principais traços de caracterização preliminar do Perfil da oferta.

- ✓ *Início de actividade.* Cerca de um em cada sete estabelecimentos iniciou a actividade TER/TN antes da década de noventa. No entanto, a maior parte das unidades que responderam ao Inquérito (57,6%) indica início de actividade a partir de 2000, com *performances* superiores à média nas regiões Centro, Algarve, Açores e Madeira.
- ✓ *Capacidade de alojamento.* Tomando por referência a evolução registada nas unidades inquiridas que assinalaram a capacidade de alojamento para todos os anos, observa-se alguma oscilação do indicador “nº de camas por estabelecimento”, com tendência para a redução. Apesar da evolução crescente do nº de camas disponíveis e de alojamento/estabelecimentos entre 2000-2007, reduziu-se o nº médio de camas por estabelecimento, reflectindo uma menor dimensão média das unidades TER mais recentes.

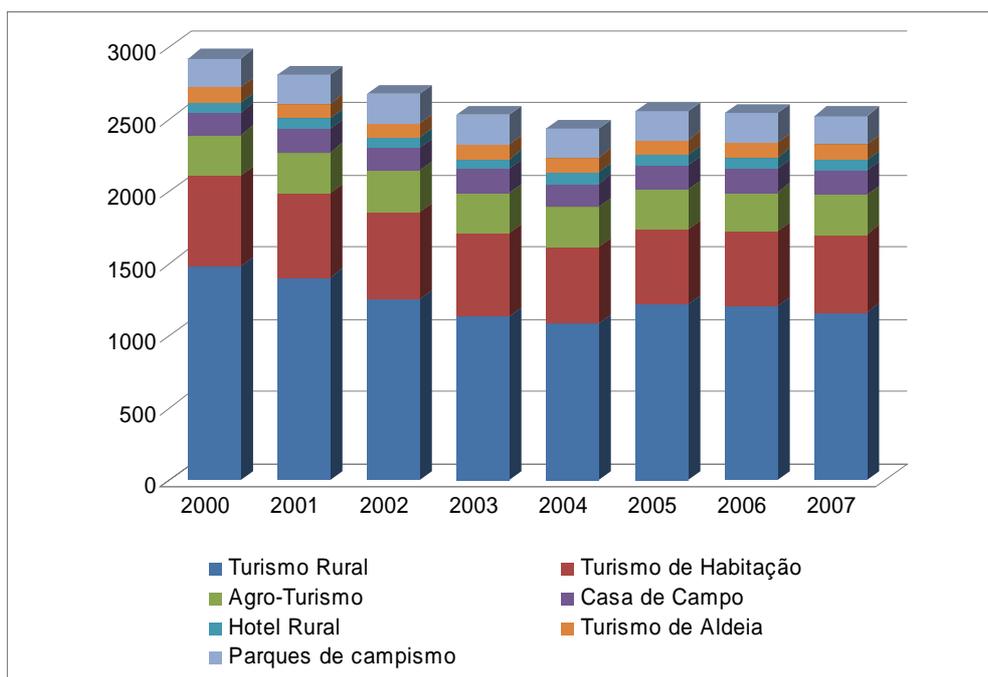
Quadro 11 - Evolução da Capacidade de Alojamento

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Estabelecimento	183	198	223	241	263	295	318	348
Nº de camas	2745	2968	3108	3169	3295	3790	4098	4388
Nº camas/Estab.	15,0	15,0	13,9	13,1	12,5	12,8	12,9	12,6

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

- ✓ Na distribuição por categoria de estabelecimento, predominam as unidades de Turismo Rural (45%), seguidas do Turismo de Habitação (25,8%) e do Agro-turismo (11%), as categorias com um número médio de camas comparável à média do conjunto TER/TN. A análise da evolução anual revela uma tendência de oscilação do número de camas, sem impactos significativos no seu crescimento nas diferentes modalidades.

Gráfico 3 - Evolução do nº de camas, por Modalidade TER



Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

- ✓ *Serviços e equipamentos.* A oferta de serviços por parte dos estabelecimentos TER, fornecidos sob gestão da própria entidade, é relativamente limitada, destacando-se apenas o fornecimento de refeições (cerca de metade das unidades, sobretudo por encomenda) e a guarda de animais (uma em cada quatro unidades).

As actividades de animação, com alguma expressão, referem-se à organização de percursos pedestres (43,1 % das unidades, com maior expressão no Alentejo e Algarve), de bicicleta, moto e jeep (31,6%), à observação de animais (27,0%) e à venda de produtos locais (24,5%, com maior expressão no Norte e no Centro).

No tocante às infra-estruturas e equipamentos disponíveis, destacam-se as piscinas descobertas (66,3%), as salas de jogos (49,2%) e os campos de ténis (18,6%). As amenidades mais exigentes (p.e., ginásio, SPA e golf) têm alguma expressão apenas em regiões turísticas mais dinâmicas (Algarve e Madeira). Um terço das unidades encontra-se inserida em explorações agro-pecuárias, média influenciada pelas unidades localizadas no Norte e no Alentejo, que fazem constar da oferta as actividades agro-pecuárias.

Os resultados da inquirição permitem constatar um esforço por parte das unidades, para recorrer a entidades externas e a acordos de parceria, de modo a viabilizar a utilização de equipamentos mais especializados/sofisticados e o acesso a actividades de animação e outras, de que são exemplo os percursos e actividades equestres, a observação de animais, os ginásios, SPA e estética e os campos de ténis e de golf/mini-golfe. Trata-se de um esforço de enriquecimento da oferta TER, para além do alojamento e equipamentos de tipo mais convencional.

Quadro 4 - Serviços, actividades e equipamentos, por entidades prestadoras

Serviços, actividade e equipamentos	Nº	Própria entidade	Entidade externa	Outras modalidades	Não disponível
Serviços					
Fornecimento de refeições regime aberto	367	15,0	4,1	0,8	80,1
Fornecimento de refeições por encomenda	393	33,8	9,4	2,1	54,7
Baby-sitting	356	8,1	3,7	1,2	87,1
Guarda de animais domésticos	365	24,9	0,3	0,8	74,0
Outros	70	27,1	5,7	1,4	65,7
Actividades de animação e outros					
Animação de crianças	346	10,1	4,3	2,3	83,2
Percursos pedestres	401	43,1	18,0	6,9	31,9
Actividades equestres	364	9,3	17,3	5,5	67,9
Percursos de bicicleta/jipe/moto	380	31,6	16,8	6,1	45,5
Observação de animais	367	27,0	10,4	5,2	57,5
Organização de festas e reuniões	363	28,1	5,2	4,7	62,0
Venda de produtos locais	358	24,5	7,6	3	64,9
Infra-estruturas e Equipamentos					
Ginásio	356	6,2	3,7	2	88,2
Piscina descoberta	403	66,3	2,7	0,5	30,5
Piscina coberta	351	4,3	5,4	2,1	88,3
SPA/Estética	353	2,3	6,2	2,3	89,2
Campo de ténis	365	18,6	9,6	3	68,8
Campo de golfe/mini-golfe	354	2,3	10,7	2,8	84,2
Sala de jogos	386	49,2	1,3	0,8	48,7

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

- ✓ *Estratégia comercial.* Os meios de divulgação mais utilizados pelos estabelecimentos são o *site* na Internet (85%, com valores superiores no Algarve e nas Regiões Autónomas), as brochuras (70%) e os guias turísticos (52,5%), embora cerca de um terço das unidades refira a participação em feiras ou eventos promocionais e a promoção via estruturas associativas, esta abrangendo metade das respostas no Algarve e Madeira.

A importância do *site* na Internet é determinante na divulgação (cf. Inquérito aos Hóspedes), segundo o qual a maioria dos clientes escolhe o estabelecimento através da informação do *site*, p.e, pela visualização ou descrição do sítio onde a casa se localiza e pelo tipo de edifício. A qualidade do *site* (em particular as imagens, mas

também as descrições de serviços e outras amenidades) e a sua operacionalidade para contactos e reservas, constituem aspectos fulcrais para atrair a procura.

No domínio da comercialização, observa-se um largo predomínio do contacto directo (85%), seguido das reservas via agências de viagens *on line* e ao balcão (41% e 26%, respectivamente, mas com valores superiores no Algarve e na Madeira) e via centrais de reservas própria (34,7%) e associativa (17,9%). No entanto, em muitas situações, verifica-se uma combinação de formas de comercialização.

A integração dos estabelecimentos em instrumentos de promoção turística, temáticos e outros é, ainda, limitado: rotas turísticas (38,4%) e percursos circuitos definidos (16,1%), sendo de destacar regionalmente maiores índices de integração no Alentejo e na Madeira, fruto da dinâmica de organização e oferta destas iniciativas.

- ✓ *Clientela preferencial.* Não se evidenciam de forma clara clientelas preferenciais, muito embora este aspecto deva ser observado em conjunção com outras características dos estabelecimentos (perfil da oferta, dimensão do estabelecimento,...). No entanto, regista-se uma tendência global de preferência pelos clientes estrangeiros, mais acentuada nas regiões de Lisboa, Madeira, Algarve e Norte.
- ✓ *Certificação.* Apenas cerca de um em cada quatro estabelecimentos tem certificação de qualidade, na maior parte dos casos, obtida entre 2006 e 2008. A Madeira, os Açores e o Norte, são as regiões que concentram mais estabelecimentos certificados, na distribuição das respostas ao Inquérito.

B. Elementos de Gestão

Na estruturação do Questionário de suporte ao Inquérito aos Estabelecimentos TER/TN, procurou-se caracterizar a natureza da empresa e os atributos do respectivo gestor(a).

- ✓ *Entidade gestora.* A forma jurídica predominante é a de empresário em nome individual (59,2% dos estabelecimentos que responderam ao Inquérito), atingindo as sociedades por quotas menos de um terço da amostra (31,8%).

Quadro 5 - Forma jurídica das entidades gestoras

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira	Total
Empr. nome individual	63,3	62,1	58,3	53,6	37,5	40,0	57,1	59,2
Sociedade por Quotas	26,7	29,7	33,3	35,7	54,2	60,0	35,7	31,8
Sociedade Anónima	4,4	2,8	8,3	3,6	8,3	0,0	0,0	3,8
Outra forma societária	3,3	4,1	0,0	7,1	0,0	0,0	7,1	3,8
NR	2,2	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

Neste contexto, não surpreende que cerca de 90% dos estabelecimentos tenha natureza familiar e apenas 7,6% assumam o estatuto de “Entidade patronal”, tipologia presente de forma mais acentuada no Alentejo (14,3%), Açores (33,3%) e Madeira (21,4%).

Embora predomine uma dimensão média empregadora centrada no escalão 1 a 2 trabalhadores ao serviço (duas em cada três unidades TER), é interessante constatar que 40,6% dos estabelecimentos dá trabalho a 3 a 5 pessoas (escalão mais representativo nas unidades TER de Lisboa e Algarve), um volume de emprego por estabelecimento, com alguma expressão em termos de impacte social e territorial, se tivermos em conta o padrão locativo do TER.

A importância económica da actividade dos estabelecimentos TER na estratégia dos proprietários, é desigual correspondendo, para cerca de 30% das unidades inquiridas, a mais de 75% do seu volume de negócios e para 14,5%, a menos de 25%. Na distribuição das outras actividades, para além do TER, assumem relevância: a *agricultura* (19,7%), com valores mais elevados a Norte (23,9%), no Alentejo (21,4) e Algarve (29,8%); e os *serviços de lazer* (4,9%), com maior expressão em Lisboa (25%), Algarve (29,2%) e Madeira (14,3%), reflectindo perspectivas de actuação mais integrada e de oferta compósita de alojamento e serviços, na economia da fileira turismo/lazer.

- ✓ *Gestor(a)*. Os resultados apontam para uma concentração muito elevada das funções de gestão no proprietário do estabelecimento (cerca de 87%), com apenas 11,4% a contar com a figura do gestor/administrador. Com efeito, o tempo dedicado à gestão aponta para a existência de outras actividades, sendo de destacar as actividades de gestor/empresário (11,7%), a profissão liberal (11%) e de empresário agrícola (7,0%). A gestão é predominantemente exercida a tempo parcial.

Com equilíbrio na distribuição entre géneros, os gestores têm idade acima de 45 anos (78,7%) são, na quase totalidade, portugueses (91,3%), residem no próprio

estabelecimento (63,9%) e os que residem fora encontram-se a uma distância inferior a 20 km, em 62,3% dos casos. Nos atributos dos gestores, salienta-se a formação superior (55,6% dos casos), a formação especializada em turismo (49,4%), a experiência profissional anterior no turismo superior a 5 anos (83,4%), predominando a adquirida na hotelaria (30%) e na restauração (16,9%).

C. Pessoal ao serviço

O conjunto de estabelecimentos TER/TN que responderam ao Inquérito, empregava em Dezembro de 2007, um total de 1091 trabalhadores (média de 2,5 por estabelecimento), dois em cada três do sexo feminino, predominantemente de meia idade (46,6%, no escalão 25-44 anos) e de nacionalidade portuguesa (93%).

Nos atributos de qualificação do pessoal ao serviço, embora predominem as habilitações escolares básicas (43,3% dos trabalhadores têm o 1º ou 2º ciclo), há que registar o emprego de 21,7% de licenciados. Entre os qualificados com formação específica na actividade turística, destacam-se os que detêm curso superior, seguidos dos que frequentaram formação profissional.

O peso do pessoal total ou maioritariamente familiar, é relativamente elevado (41,3%), remetendo para a já referida natureza familiar de grande parte da actividade dos estabelecimentos que explicará também o peso do trabalho (total ou maioritariamente) não remunerado (19,3%).

As relações contratuais evidenciam estabilidade laboral: por um lado, cerca de quatro em cada cinco pessoas ao serviço tem contrato sem prazo e a percentagem dos que não têm contrato não se afasta sensivelmente do indicador “situação profissional familiar”; e, por outro lado, os indicadores de trabalho permanente (44,2%) e trabalho a tempo inteiro (29,2%), são relativamente normais, à luz da natureza das actividades TER/TN.

A estrutura profissional reproduz, no essencial, o modelo de organização do trabalho das unidades de alojamento, no caso das unidades TER inquiridas com menor intensidade das funções de suporte (p.e., cozinha e empregado de mesa/bar) e maior presença de funções ligadas à envolvente do alojamento (p.e., jardineiro e animador cultural).

Em termos de evolução do pessoal (apenas retratável pelo indicador “pessoal ao serviço, por estabelecimento”), no período 2000 - 2007, observa-se um ligeiro crescimento do número de pessoas ao serviço em todas as ocupações consideradas. O aumento de pessoas com cargos dirigentes é proporcional ao aumento do número de estabelecimentos.

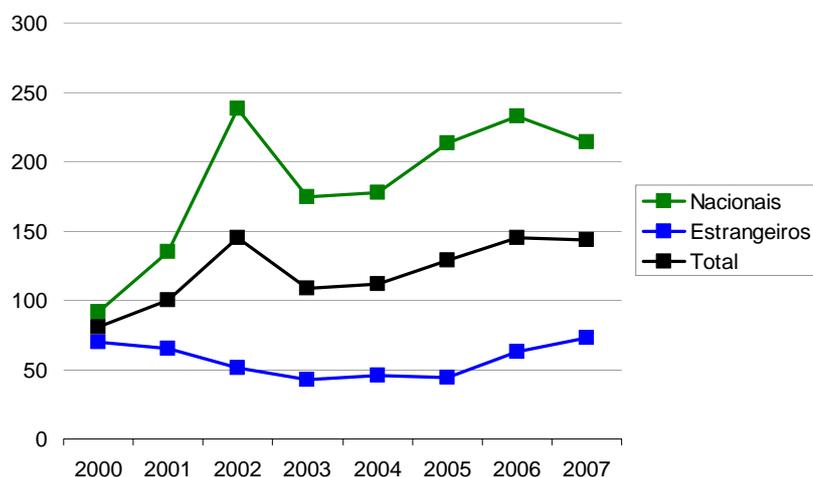
As actividades de animação representam ainda ocupações profissionais pouco consolidadas na estrutura de emprego dos estabelecimentos TER/TN, sendo funções exercidas, sobretudo por empresas externas, com as quais o estabelecimento TER/TN estabelece relações de colaboração e/ou parceria.

D. Perfil da Procura

O Inquérito revelou que o registo dos hóspedes pelos estabelecimentos TER/TN se apresenta bastante desigual, não sendo efectuado de forma sistemática por cerca de metade dos estabelecimentos respondentes. Esta ausência de registo acentua-se à medida que nos afastamos no tempo, sendo diminuto o número de estabelecimentos com registos anteriores a 2004. Em face desta limitação, as notas seguintes reportam apenas ao indicador “nº de hóspedes, por estabelecimento”.

No período 2000-2007, o número de hóspedes, por estabelecimento aumentou de forma significativa (de cerca de 81 hóspedes, em 2000, para 144 em 2007), com relativa estabilidade dos hóspedes estrangeiros e um crescimento muito acentuado dos hóspedes portugueses. No entanto, observam-se algumas oscilações ao longo do período, com os anos de 2002 e 2006 a registar valores médios mais elevados.

Gráfico 4 - Evolução anual do nº médio de hóspedes por estabelecimento



Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

No período em análise, a procura apresenta uma tendência evolutiva, independentemente da origem dos hóspedes. Em 2007, o número de hóspedes nacionais aumentou exponencialmente em comparação com os dados registados em 2000, aumento ainda mais significativo na procura por parte de hóspedes estrangeiros. O aumento progressivo do número de hóspedes foi acompanhado pelo crescimento da taxa de ocupação dos estabelecimentos tanto por parte de hóspedes nacionais, como de estrangeiros.

A análise da evolução mensal da ocupação ao longo de 2007, regista uma oscilação muito acentuada, em grande parte motivada pelo facto de muitos dos estabelecimentos funcionarem apenas durante os meses de maior incidência da procura: época alta - meses de Junho a Agosto - e períodos festivos (fim do ano e Páscoa). A comparação entre o comportamento de hóspedes nacionais e estrangeiros, evidencia movimentos de procura semelhantes nos meses de Verão e uma procura mais acentuada de TER/TN no mês de Dezembro, por parte dos hóspedes nacionais.

Em termos regionais, a dinâmica de dormidas revela uma procura, por origem dos hóspedes, predominantemente dirigida a Lisboa e às Regiões Autónomas, uma sazonalidade centrada entre Junho e Setembro, de perfil mais vincado nos Açores, no Norte e no Algarve.

Os indicadores de permanência média dos hóspedes remetem para níveis baixos: até 3 noites (51,1%) e de 3 a 6 noites (14,1%). Embora não se observem diferenças de padrão acentuadas, os estrangeiros permanecem mais tempo: 3 a 6 noites (13,9%, contra 9,6% dos nacionais) e acima de 6 noites (5,6%, contra 1,3% dos hóspedes nacionais). De um modo geral, o Algarve, os Açores e a Madeira, apresentam índices de permanência média mais elevados, com destaque para o Algarve e a Madeira, no segmento de estada mais prolongada (acima de seis noites).

Os indicadores referentes ao volume de negócios revelaram-se de preenchimento problemático mesmo quando estava em causa uma apreciação meramente qualitativa das tendências de evolução. Dos trinta por cento de inquiridos que apreciou a evolução do respectivo volume de negócios, a avaliação apresenta-se predominantemente positiva ou muito positiva (47,9%) e de sinal neutro (26%); apenas 19,2%, considera que o seu volume de negócios evoluiu negativa ou muito negativamente no passado recente.

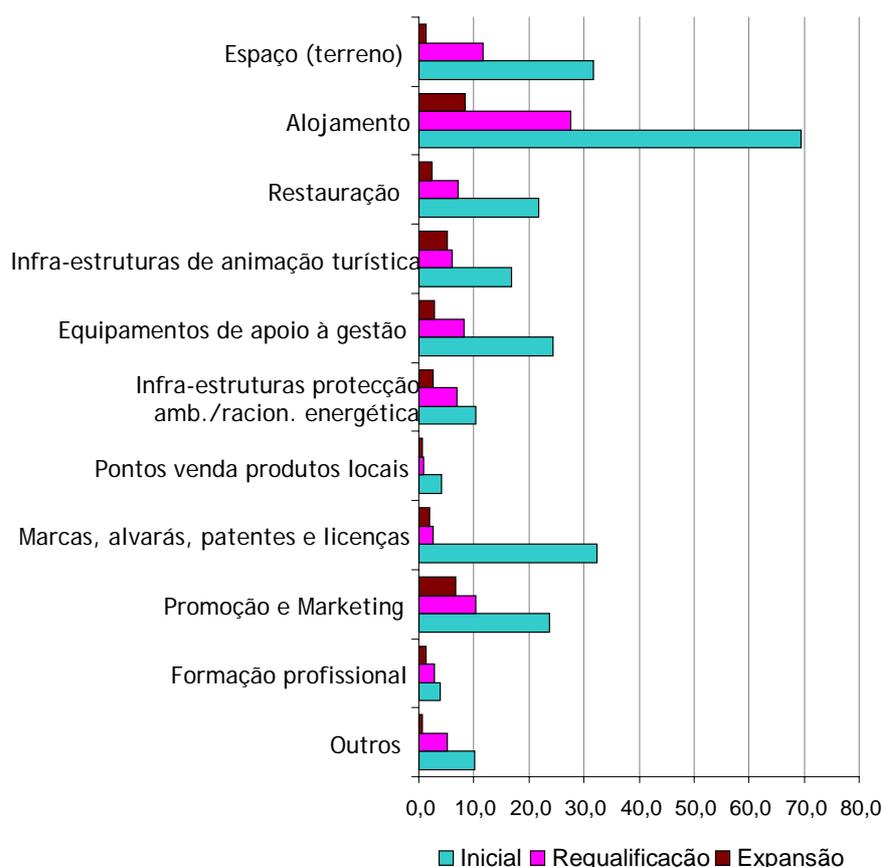
E. Investimento e recursos de financiamento

A informação relativa às dinâmicas de investimento aponta para uma composição coerente da estrutura de encargos, em que se destaca a componente de alojamento (55,2% dos estabelecimentos inquiridos), seguida da infra-estruturação do espaço (terreno), dos

equipamentos de apoio à gestão e da restauração. Os indicadores disponíveis apontam para uma menor presença de investimento inicial em factores de competitividade: marcas alvarás e patentes (26,2% dos estabelecimentos); promoção e marketing (18,6%); estruturas de animação turística (13%); protecção ambiental e racionalização energética (8,1%); e formação profissional (2,9%).

Quando se analisa a informação empírica referente aos investimentos de requalificação, verifica-se uma relativa estabilidade das componentes de investimento, ainda que acompanhada por uma significativa redução do número de estabelecimentos que investiram nos denominados factores de competitividade do alojamento e dos serviços prestados. Estes dados apontam para um padrão de investimento integrado de partida, ao qual não será alheio o facto de a maior parte dos estabelecimentos que responderam ao Inquérito ter tido início de actividade após 2000 e, na relação com os mecanismos de financiamento, ter observado vantagens na combinação de várias componentes de investimento.

Gráfico 5 - Componentes de investimento das unidades TER, por fases



Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

Em matéria de fontes de financiamento do investimento inicial (resposta múltipla), constata-se uma elevada utilização de recursos próprios (referida por 62,3% dos estabelecimentos que responderam ao Inquérito), seguida pelos empréstimos bancários (22%) e pelos sistemas de incentivos, aos quais acederam cerca de 40% dos respondentes com destaque para o financiamento LEADER, indicado por 11,7%. Este perfil de fontes de financiamento não se altera significativamente quando analisados os investimentos de requalificação e de expansão, embora nesta vertente, o peso do LEADER se atenua, em favor de outros sistemas de incentivos (p.e., SIVETUR, SIFIT e SIR).

F. Motivações e Expectativas futuras

A actividade “oferta de alojamento TER” tem uma motivação centrada na valorização do património familiar, de acordo com a resposta de dois em cada três dos inquiridos que identificaram os motivos para dar início à actividade TER, um perfil de resposta que se acentua nos Açores, Madeira e Norte. Se à expressão daquela motivação patrimonial, se acrescentar a manutenção das casas com ocupação, estamos em presença de motivações predominantemente não económico-empresariais.

Com efeito, as motivações de raiz económica (com implicações na estruturação de serviços e na organização dos recursos) reportam a um número mais limitado de proprietários: 20,6% apontam motivos de ordem empresarial para lançar a actividade; 13,4%, motivos de ordem financeira; e, 7%, posicionam-se numa óptica de continuidade ao negócio da família. Tendo presente a natureza da questão (admite resposta múltipla), a correcção daquelas percentagens aponta para uma relação de aproximadamente 20% de motivação económico-empresarial e 80% de motivação centrada na valorização/manutenção do património. Apenas em Lisboa, no Algarve e no Centro, se registam índices mais elevados para as lógicas económico-empresariais (valores superiores à média).

As perspectivas futuras dos proprietários apontam para níveis elevados de manutenção de actividade (superiores a 90%, sobretudo no Alentejo e nos Açores). Quanto à intenção de expandir actividade, a mesma é manifestada apenas por menos de 30% dos estabelecimentos que abordou esta questão, com oscilações regionais muito acentuadas em que se destaca, pela positiva, a intenção dos empresários TER do Algarve, do Alentejo e do Centro.

Estes dados convergem com a informação relativa à intenção de investimento para os próximos dois anos, em que 43,1% admite realizar investimentos no estabelecimento ou em novas actividades TER e 56,9%.

Entre os factores apontados como condicionantes da actividade dos estabelecimentos TER (resposta múltipla), destacam-se a insuficiência das iniciativas/meios de promoção turística (60,3%) e as limitações da capacidade de alojamento (38,5%). Enquanto as condicionantes resultantes da insuficiente promoção são, sobretudo, assinaladas pelas unidades da Madeira, Centro e Norte, as condicionantes capacidade são assumidas pelos destinos de maior tradição turística (Lisboa, Madeira e Algarve) e também pelos Açores.

Estas evidências, aliadas ao peso das respostas referentes à cooperação empresarial e ao conhecimento de mercado, apontam para uma maior relevância dos aspectos relativos à envolvente externa (valorização económica) dos estabelecimentos, perante um menor peso dos factores internos (capacidade de alojamento, qualificação dos recursos humanos e acessos à unidade TER). Trata-se de uma relação a equacionar, designadamente na perspectiva da formulação de actuações recomendáveis para estimular o desenvolvimento futuro do TER.

Quadro 6 - Factores que limitam a actividade do Estabelecimento (resposta múltipla)

	Nº	%
Dificuldades de Acesso	52	12,2
Capacidade limitada de alojamento	164	38,5
Baixa qualificação dos recursos humanos	38	8,9
Quadro legislativo regulamentar/processual desadequado	86	20,2
Insuficiente desenvolvimento redes cooperação empresarial	98	23,0
Promoção turística insuficiente	257	60,3
Falta de conhecimento do mercado	80	18,8
Falta de apoio da autarquia	114	26,8
Outras razões	31	7,3

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

A sazonalidade da actividade (2,5%) e a concorrência de outras unidades (2,7%), assumem relevância residual, remetendo para uma visão positiva dos potenciais de procura dirigida aos estabelecimentos TER/TN.

G. Caracterização dos Hóspedes

O Inquérito aos Hóspedes constituiu um instrumento adicional de caracterização da procura TER/TN, e tendo registado cerca de três mil respostas (com origem em mais de metade dos estabelecimentos inquiridos e com uma distribuição satisfatória face ao padrão locativo dos estabelecimentos), permite desenhar com fidelidade o perfil de clientes do turismo em espaço rural e da natureza, no nosso País.

O cliente-tipo reside em Portugal, é homem ou mulher, de meia idade, activo empregado(a) com habilitações superiores, privilegia a descoberta da Região e o contacto com a natureza (motivos da viagem e da escolha de alojamento TER) e tem uma dormida média de duas noites.

Quadro 7 - Habilitações académicas

	Nº	%
1.º ou 2.º ciclo do Ensino Básico	127	4,5
3.º ciclo do Ensino básico	238	8,4
Secundário ou pós-secundário não superior	727	25,8
Ensino Superior	1731	61,3

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

O hóspede-tipo toma a iniciativa da reserva que efectua, escolhe via Internet, reservando por essa via ou pelo telefone, e desloca-se em viatura particular.

Quadro 8 - Meios de escolha do estabelecimento

	Nº	%
Aconselhamento de outros	456	15,8
Agência Viagens/Operador	286	9,9
Guias turísticos	214	7,4
Internet	1435	49,9
S/conhecimento prévio	111	3,9
Visita anterior	316	11,0
Outro	59	2,1

Fonte: *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, IESE, 2008.

No padrão de hábitos do cliente-tipo, são de destacar as seguintes regularidades:

- mais de 80% dos estrangeiros inquiridos já tinham visitado Portugal, uma ou mais vezes (11%, dez ou mais vezes);
- 56% dos inquiridos já tinha ficado hospedado em alojamento TER (5%, dez ou mais vezes); e
- mais de metade dos inquiridos já tinha estado hospedado no estabelecimento onde respondeu ao Inquérito.

Os níveis de satisfação apontados pelos inquiridos são significativamente elevados: com a Região (67,8%, muito satisfeitos) e ainda mais com o alojamento TER (83,6%). Este nível de satisfação repercute-se na intenção de regresso em breve (63%) e de recomendação do estabelecimento (93%).

5. POLÍTICAS E DINÂMICAS EMPRESARIAIS E DE ACTIVIDADE TER/TN

Este ponto sistematiza os principais resultados das entrevistas e estudos de caso realizados no âmbito do Estudo, organizando-os segundo um conjunto de entradas que se afiguram úteis na perspectiva de pensar as actuações recomendáveis para o desenvolvimento futuro das actividades TER/TN em Portugal.

↳ Elementos de balanço do enquadramento legislativo e regulamentar

As alterações legislativas que ocorreram no Turismo em Espaço Rural mereceram por parte das entidades entrevistadas no âmbito deste Estudo uma receptividade variada: *(i)* por um lado, a maioria das entidades inquiridas refere como vantajosa, em termos de agilização de procedimentos burocráticos, a passagem para as competências camarárias dos processos de licenciamento e classificação de alojamentos turísticos, introduzida pelo Decreto - Lei nº36/2008 de 7 de Março; e *(ii)* por outro lado, ficou também claro que existem desconfianças e incertezas em relação à capacidade técnica de avaliação por parte das Câmaras e ao cumprimento de procedimentos e critérios homogéneos por parte das entidades municipais.

A possibilidade de legalização de casas particulares como unidades de alojamento, que esta nova legislação permite, é encarada de forma cautelosa por parte dessas entidades, uma vez que se, por um lado, vai finalmente permitir conhecer a real dimensão da oferta turística existente no território municipal, por outro, pode criar uma homogeneidade em termos qualitativos que poderá colocar em risco a diversidade da oferta. Em termos globais, as opiniões recolhidas convergem na necessidade de não deixar perder o conhecimento adquirido em TER, ao longo dos dez anos de legislação em que a classificação de alojamento foi realizada sob responsabilidade das Direcções Regionais de Economia.

↳ Modalidades e estratégias de promoção

As Associações de Desenvolvimento Local entrevistadas estiveram envolvidas em experiências de estruturação em rede na área do TER, que revelaram grande dificuldade de implementação por via das condicionantes impostas à articulação e à constituição de parcerias entre os vários tipos de empreendimentos e outros actores locais.

No que concerne às associações representativas do sector, dinamizam ou estão integradas em redes locais, regionais, nacionais e internacionais e ilustram práticas bem sucedidas. A expressão mais visível do funcionamento em rede assenta numa dimensão acentuadamente comercial e promocional que consiste em: criar redes complementares ao alojamento; sensibilizar e/ou formar os promotores; divulgar de uma imagem regional; e estimular a

coesão entre proprietários e a adopção de práticas de cooperação, entre municípios e agentes locais. A dificuldade em estabelecer redes deriva, em parte, da falta de motivação para a cooperação e de um insuficiente reconhecimento das vantagens associadas à articulação empresarial (p.e., os empresários não aceitam com facilidade a redução de preços de alojamento em favor da oferta de pacotes de actividades), reflectindo uma atitude caracterizada como pouco profissional e pouco empreendedora.

Os recursos de suporte às actividades de promoção e às estratégias de comercialização, devem ser associados à qualificação neste sub-sector da actividade turística, sobretudo aos recursos formativos existentes e às iniciativas realizadas. As entidades auscultadas identificam áreas prioritárias, conteúdos pedagógicos e modelos de formação a priorizar, que importa contemplar no desenvolvimento da oferta formativa dinamicamente ajustada às necessidades dos diversos segmentos de actividade e profissionais do turismo/lazer.

Instrumentos de apoio ao TER e TN e papel do PIC LEADER

Ao longo das últimas décadas, com base no pressuposto do potencial do Turismo para revitalizar economias locais e evitar a desertificação social de territórios de baixa densidade, foram criados regimes de incentivos financeiros destinados a atrair investimento e dinâmica empresarial relacionada com a actividade turística em meio rural, sendo de salientar: (i) a criação de instrumentos económico-financeiros de apoio ao investimento privado, como os sistemas de financiamento directo do Fundo de Turismo que antecederam as várias gerações do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento Turístico) que concederam subsídios a fundo perdido; e (ii) o apoio à implementação das medidas políticas de turismo nacional/regional, através da mobilização de instrumentos financeiros intersectoriais.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER esteve na base do lançamento e também da requalificação de parte dos alojamentos de TER/TN enquadrados no universo empírico do Estudo, contribuindo para a concretização do princípio segundo o qual o capital turístico de regiões marcadamente rurais é suportado essencialmente por valores patrimoniais (construído ambiental e paisagístico). A importância que os financiamentos LEADER tiveram na recuperação de casas e infra-estruturas que, de outro modo, prolongariam a degradação física e ambiental, deve ser relevada contribuindo para o crescimento da oferta de TER nos últimos 20 anos, traduzido no aumento do número de estabelecimentos em todas as regiões.

A tipologia de investimento com maior expressão nos apoios LEADER+, entre 2002 e 2007, é a reabilitação do alojamento (25,7% do investimento apoiado) e abrange, nomeadamente, a recuperação de casas e a modernização de unidades de alojamento. A aquisição de equipamentos e a ampliação das estruturas de apoio, constituem as aplicações seguintes (com

17,4% e 15,6%, respectivamente). Entretanto, a percentagem de investimentos aprovados tendo por objectivo a aquisição de materiais de divulgação, bem como os projectos para a aquisição e/ou renovação de material informático (incluindo a instalação de softwares de gestão e outros sistemas de comunicação), apontam para a emergência de um perfil de procura renovado, com aplicações mais qualificadas/especializadas nesta geração LEADER+.

Entre os elementos de balanço que evidenciam a relevância dos apoios ao TER, no âmbito do LEADER+, destacam-se: a capacidade para apoiar um número substantivo de projectos por Região, contribuindo para aumentar a oferta de TER em Portugal; o apoio a uma diversidade de projectos (recuperação urbanística, reconversão patrimonial, equipamentos e infra-estruturas de alojamento e animação turística, ...); o apoio financeiro a projectos não abrangidos por outros instrumentos (p.e., SIPIE e SIVETUR); o estímulo ao empreendedorismo; e o fomento da empregabilidade em meio rural.

➤ Impactes das actividades turísticas no espaço rural

A relevância do turismo nos territórios rurais encontra expressão, nomeadamente, nos domínios seguintes:

- surgimento de novas actividades que estimulem uma maior consideração pela paisagem natural, pela recuperação de património edificado e pelos diversos modos de vida;
- revitalização dos espaços rurais, que decorre de um maior afluxo de pessoas e da criação de novos produtos e serviços, adequados a outras exigências e funcionalidades;
- preservação e regeneração dos espaços rurais, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, através da criação de novos empregos na área do turismo e na área das actividades artesanais, a par de outras fontes complementares de rendimentos.

A informação recolhida no âmbito das entrevistas e estudos de caso, permitiu caracterizar os efeitos gerados pela instalação de actividades empresariais em espaço rural, bem como sinalizar os principais impactes gerados pela criação e dinamização de actividades turísticas nos territórios de implantação, com destaque para os seguintes:

- ✓ *Empresarialidade* (criação do próprio emprego e dinamização de empreendimentos turísticos; incentivo à empresarialidade, sobretudo na área da animação turística).

- ✓ *Economia/Emprego* (compra/aquisição de propriedades rústicas; recuperação do alojamento e dinamização empresarial; consolidação de uma dinâmica económica, com base na oferta turística e com reflexo nas actividades que lhe são subjacentes; efeitos na dinamização de actividades complementares ao alojamento - restauração e comércio de produtos locais).
- ✓ *Sociedade* (fixação de populações jovens com espírito de iniciativa e competências profissionais; visibilidade do mundo rural - promoção turística de territórios marginalizados; atracção de espaços rurais de baixa densidade).
- ✓ *Território/Ambiente* (divulgação dos recursos endógenos dos territórios, através das estratégias de comercialização e promoção; entrosamento entre turismo e natureza, que promove a sensibilização para os valores da conservação da natureza e da biodiversidade; valorização dos territórios - comercialização TER estreitamente associada aos recursos do território).
- ✓ *Património* (incentivos financeiros determinantes para a recuperação do património familiar, devoluto e com dificuldades de manutenção/requalificação; reconversão de património rural para a actividade turística, com criação de actividade económica).

6. VISÃO DE SÍNTESE

A visão compreensiva dos resultados preliminares do Estudo é construída em torno do quadro de objectivos sinalizado no ponto 1 e, no essencial, organiza elementos extraídos dos pontos 3 e 5 desta Síntese Preliminar.

- ✓ **Dinâmicas da actividade turística TER/TN.** A realidade TER/TN assenta em motivações predominantemente não económico-empresariais, salientando-se as preocupações centradas na valorização do património familiar e na necessidade de manter as casas ocupadas, com rendimento associado. Este quadro global não invalida que o universo das unidades TER, nas suas diferentes categorias, tenha vindo a afirmar a sua expressão económica, alicerçada na criação de novos estabelecimentos (mais de metade com início de actividade, após 2000), embora a evolução da capacidade de alojamento revele oscilações, com reflexos na redução do “número de camas, por alojamento” (mais estabelecimentos, mas com menor capacidade cama). No entanto,

o volume de hóspedes por estabelecimento aumentou cerca de 80%, entre 2000 e 2007, sobretudo fruto da elevada procura de nacionais.

A actividade TER assume uma importância desigual nas estratégias de actividade e rendimento dos proprietários dos estabelecimentos, mas corresponde a mais de 75% do volume de negócios de cerca de um terço dos proprietários que, nas suas estratégias de complementaridade combinam a actividade TER, sobretudo, com as actividades agro-pecuárias, mas também com os serviços de lazer, em situações que reflectem lógicas de actividade/rendimento mais integradas no complexo de actividades do turismo/lazer.

A nível regional, os indicadores disponíveis apontam para dinâmicas de iniciativa TER mais acentuadas em regiões com tradição de destino turístico (casos do Algarve e da Madeira) e em regiões com património construído e natural relevante (casos dos Norte, dos Açores e do Centro).

As condições de valorização de mercado são predominantemente atomísticas (divulgação Internet, comercialização directa,...) e a integração em instrumentos de promoção turística e em redes de comercialização é, ainda, incipiente.

- ✓ **Indicadores de recursos e de actividades.** A paleta de serviços, de oferta e gestão própria, proporcionados aos clientes pelas unidades TER/TN apresenta limitações que são, no entanto, superadas pelo recurso a entidades externas e a acordos de parceria que viabilizam a utilização de equipamentos mais especializados e a participação/fruição de actividades de animação, bem como de amenidades mais exigentes, objecto de procura qualificada.

Num tecido de iniciativa e actividade caracterizado em muitas dimensões pela informalidade, os níveis de empresarialidade são baixos, com predomínio dos empresários em nome individual e dos estabelecimentos de natureza familiar, concentração elevada das funções de gestão no proprietário e da gestão a tempo parcial, combinada com outras actividades (gestor/empresário, profissional liberal, empresário agrícola,...).

A organização do trabalho reproduz os modelos característicos do alojamento tradicional, ainda que com menor relevância para as funções de suporte (cozinha e mesa/bar) e maior presença de funções associadas à envolvente do alojamento (espaços verdes, animação cultural,...).

Com uma dimensão média de 2,5 pessoas por estabelecimento, as unidades TER empregam, sobretudo, activos com habilitações escolares básicas, ainda que um em cada cinco tenha curso superior.

- ✓ **Perfil da procura das actividades TER/TN e práticas dos turistas.** A opção pelo TER/TN encontra-se associada à descoberta do território e ao contacto com a natureza e apresenta um perfil concentrado nos períodos de maior procura tradicional (Verão e Páscoa) que se desloca para os meses de Inverno, no caso dos estrangeiros.

A clientela TER/TN tem características próprias de procuras consolidadas e com capacidade aquisitiva (meia idade, empregados e profissionais liberais, com habilitação superior, deslocando-se por meios próprios,...). As práticas consolidadas reflectem-se na regularidade de alojamento em estabelecimentos TER, p.e., na unidade em que responderam ao Inquérito (mais de metade dos inquiridos).

O cliente-tipo TER/TN tem níveis de autonomia própria, reflectidos nos meios de escolha do estabelecimento (Internet e visita anterior, representam 60%), na deslocação em viatura própria e na construção de percursos e utilização de equipamentos e amenidades, sem dependência de pacotes pré-configurados.

- ✓ **Dinâmicas de investimento e financiamento das unidades TER/TN.** A estrutura de investimento reflecte a relevância das componentes relativas à função básica do TER (o alojamento) tanto no investimento inicial, como nas fases de requalificação e de expansão. Os investimentos de suporte e atracção (infra-estruturação do espaço, restauração e animação turística) constituem as aplicações seguintes.

O investimento em factores de competitividade (recursos de gestão, protecção ambiental e racionalização dos usos da energia e marketing) têm uma expressão limitada que é claramente residual, no caso da formação profissional.

O auto-financiamento constitui a principal fonte de financiamento dos investimentos iniciais e de requalificação, a qual, acrescida do recurso ao crédito, remete para uma acentuada cobertura de responsabilidade própria das operações de investimento, a que não será alheia a detenção de património na constituição de garantias.

O financiamento LEADER tem expressão maioritária no conjunto dos sistemas de incentivos abordados, ainda que utilizado apenas por um em cada oito empresários de unidades TER.

As perspectivas de expansão da actividade dos estabelecimentos TER, no horizonte dos próximos dois anos, mostram-se francamente animadoras (43%) e têm frequentemente

associada a preocupação de qualificação/diversificação das actividades, contemplando também o preenchimento de requisitos de certificação.

- ✓ **Padrão de efeitos das unidades e actividades TER/TN.** A implantação de actividades TER/TN no espaço rural tem impulsionado um quadro de efeitos no tecido social e económico local que decorre das dinâmicas induzidas pelas actividades turísticas e de lazer, em termos territoriais, económicos e de emprego associados, sobretudo, a:
 - novas actividades de aproveitamento económico da paisagem natural e construída, como elementos de atractividade de fluxos de visitantes;
 - revitalização económica dos espaços rurais, com novos produtos e serviços, fonte de atracção de fluxos de visitantes;
 - criação de novos empregos e fontes complementares de rendimento.

No padrão de efeitos, haverá ainda que destacar os contributos para a recuperação urbanística e patrimonial, a criação de equipamentos e infra-estruturas de alojamento e animação turística, o estímulo ao empreendedorismo e a recomposição de ofertas turísticas regionais, proporcionando elementos diversificados com interesse para novos segmentos da procura enriquecerem a atractividade de destinos tradicionais.

7. QUESTÕES EM ABERTO

A organização do Seminário Turismo Rural e Desenvolvimento dos Territórios permite apresentar os resultados preliminares de um Estudo que proporcionou um volume apreciável de informação empírica sobre a oferta e a procura de TER/TN, mas pode contribuir também para equacionar perspectivas de evolução futura, a abordar na óptica da formulação de actuações recomendáveis.

Com esse objectivo, a Equipa Técnica do Estudo, enuncia um conjunto de **questões em aberto** que evoluem do comportamento de variáveis de contexto às condições de qualificação/valorização das actividades TER/TN.

↪ Variáveis de contexto das actividades TER/TN

- ✓ Papel das autarquias na regulamentação da actividade e articulação com outras entidades detentoras de funções de regulação, no domínio da classificação/qualificação do TER/TN.

- ✓ Envolvente Territorial do TER/TN - que condições favorecedoras da transformação do TER numa verdadeira e promissora vocação do espaço rural, susceptível de induzir mais impactos no tecido económico-social dos territórios rurais?
- ✓ Investimento e recursos de financiamento
 - Diversificação da oferta de actividades e serviços, no complexo de actividades turismo/lazer em espaço rural.
 - Apoios à expansão selectiva do alojamento, à qualificação dos estabelecimentos em áreas de suporte e amenidades e à melhoria da atractividade global.
 - Ajustamento dos mecanismos de financiamento às condicionantes identificadas no âmbito do Estudo (expansão/modernização/novas iniciativas de alojamento e actividades TER).
- **Qualificação/valorização das actividades TER/TN**
 - ✓ Formas de fidelizar/potenciar a procura, consolidar destinos turísticos e aumentar a qualidade da oferta TER/TN.
 - ✓ Modalidades de promoção - instrumentos e mecanismos de comunicação integrados territorialmente e/ou por modalidades.
 - ✓ Criação de redes de divulgação e comercialização vs. funcionamento conjunto por região/modalidade ("benchmarking" de experiências nacionais e internacionais).
 - ✓ Diagnóstico de necessidades e avaliação de capacidade de resposta das entidades com responsabilidades na área da educação/formação, a nível regional.
 - ✓ Promoção da empregabilidade no sector do TER/TN (apoios à gestão/integração em programas de promoção das qualificações especializadas e do emprego).
 - ✓ Informação estatística - recenseamento e recolha de dados que permitam caracterizar recursos e capacidades de oferta e movimentos da procura turística.